

**CONCURSO PÚBLICO DA
SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**EDITAL 02/2013 - RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO Nº 01/2013
E PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES**

O Secretário de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições, comunica as seguintes alterações no Edital de Concursos Nº 01/2013:

1) Inclui-se no ANEXO I - QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CONCURSOS

CONCURSO: 70 - Especialista em Saúde – Funções inerentes à área de assistência médica					
Código do Concurso	Função	Lotação	Requisitos	Total de Vaga (s)	Vagas Reservadas para Candidatos com Deficiência
70	Médico da Família e Comunidade	Porto Alegre ou Viamão	Curso Superior Completo em Medicina, registro no CREMERS e certificado de especialização na área	5	1
CONCURSO: 71 - Especialista em Saúde – Funções inerentes à área sócio-comportamental					
Código do Concurso	Função	Lotação	Requisitos	Total de Vaga (s)	Vagas Reservadas para Candidatos com Deficiência
71	Analista de Políticas e Sistemas de Saúde	Porto Alegre ou Viamão	Bacharelado em Saúde Coletiva	4	1

2) Altera-se no ANEXO I - QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CONCURSOS, que passa ser o que segue (destaque em *italico*) e não como constou (*):

Código do Concurso	Função	Requisitos	Total de Vaga (s)	Vagas Reservadas para Candidatos com Deficiência
07	Administrador	<i>Bacharelado em Administração e registro no CRA/RS</i>	74	8
15	Biólogo	<i>Curso Superior em Ciências Biológicas e registro no CRBio 3ª Região</i>	21	3
23	Engenheiro Especialista em Saúde do Trabalhador	Curso Superior Completo em Engenharia, registro no CREA/RS e curso de Especialização em Saúde do Trabalhador <i>ou Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho</i>	22	3
36	Médico Clínico Geral	Curso Superior Completo em Medicina e registro no CREMERS	8	1
62	Pedagogo	<i>Curso Superior em Pedagogia</i>	1	0
64	Químico	<i>Curso Superior em Química e registro no Conselho Regional de Química da 5ª Região</i>	1	0
65	Recreacionista	Curso Superior Completo em Educação Física: <i>Licenciatura Plena (cfe. Resolução CFE 03/87) ou Bacharelado (cfe. Resolução 07/04) e Registro no CREF2/RS</i>	6	1
67	Sanitarista	Curso Superior Completo com Especialização em Saúde Pública e Registro no respectivo Con-	4	1

		selho de Classe (<i>quando for o caso</i>)		
68	Sociólogo	Curso Superior Completo em Ciências Sociais <i>registro em Carteira de Trabalho efetuado pela Superintendência Regional do Trabalho e Em- prego</i>	1	0

(*) Permanecem as distribuições de lotação conforme constou no Edital de Abertura.

3) Considerando a inclusão de novas funções, prorroga-se as inscrições, alterando para o Cronograma de Execução conforme tabela abaixo (destaque em *itálico*):

PROCEDIMENTOS	DATAS
Período de Inscrições pela internet, através do site www.fundatec.org.br	15/10/2013 a 25/11/2013
Período de Solicitação de Isenção	15/10/2013 a 11/11/2013
Resultado da Solicitação de Isenção	18/11/2013
Último dia para efetuar o Pagamento do Boleto Bancário	26/11/2013
Designação das Bancas Examinadoras	29/11/2013
Último dia para entrega do Laudo Médico dos candidatos inscritos para as cotas de deficientes	11/12/2013
Último dia para entrega do Laudo Médico dos candidatos que solicitaram condições especiais para o dia de prova	11/12/2013
Período de análise prévia da documentação entregue pelos candidatos com deficiência, por comissão específica.	16 a 20/12/2013
Edital de Publicação das Inscrições Homologadas – Lista Preliminar de Inscritos	07/01/2014
Período de Recursos – Homologação das Inscrições	08 a 10/01/2014
Edital de Publicação das Inscrições Homologadas – Lista Oficial de Inscritos e Lista Oficial dos Candidatos com Deficiência	17/01/2014
Divulgação da Densidade de Inscritos por cargo	17/01/2014
Edital de Data, Hora e Locais das Provas Teórico-objetivas	17/01/2014
Consulta da Sala de Realização da Prova no site da FUNDATEC	17/01/2014
Aplicação das Provas Teórico-Objetivas (DATA PROVÁVEL) <i>Cargos de Nível Superior – Turno Manhã Cargos de Nível Médio e Técnico – Turno Tarde</i>	26/01/2014

4) Altera-se o item 7.13 para: “Durante a realização das provas, não será permitida a comunicação entre os candidatos, nem consultas de quaisquer espécies, bem como o uso de qualquer aparelho eletrônico (bip, telefone celular, mobi, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, tablet, receptor, gravador, fones de ouvido, prótese auditiva, calculadora financeira ou científica). O candidato que necessitar utilizar prótese auditiva e não puder retirá-la durante a realização das provas, deverá solicitar atendimento em sala especial. Esta solicitação deverá ser feita previamente conforme previsto no subitem 3.3.8 deste Edital.”

4.1) Inclui-se o item 7.13.1: “O controle e o aviso do horário são responsabilidades do fiscal de sala”.

5) Altera-se no ANEXO III – PROGRAMAS E BIBLIOGRAFIAS, conforme descrito abaixo:

5.1) FUNÇÃO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.1.1) Inclui-se as seguintes bibliografias:

BRASIL, Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: nº 26 (Saúde sexual e Reprodutiva), nº 28 (vol I e vol II) e nº 34 (Saúde Mental); nº 36 (Diabetes) e nº 37 (Hipertensão)

BRASIL, Portaria nº 156 de 19 de janeiro de 2006. Dispõe sobre o uso da penicilina na Atenção Básica.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de procedimentos para vacinação. Parte III. 4. ed. Brasília, 2001. 316 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Clínica ampliada e compartilhada. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Gestão participativa e cogestão. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. O HumanizaSUS na atenção básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

COFEN. Resolução nº 240, de 30 de agosto de 2000. Aprova o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/codigoeticaenfermagem.htm>.

5.1.2) Exclui-se as seguintes bibliografias:

1. Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA. Segurança do paciente. Higienização das mãos. 2007. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/servicosade/manuais/paciente_hig_maos.pdf.

2. BRASIL. Ministério da Saúde. Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento Brasília, 2010. 44 p.: il. — (Série B. Textos Básicos de Saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006, v. 12). Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_saude_pessoa_idosa_envelhecimento_v12.pdf.

6. BRUNNER, S. M. Nettna: Prática de enfermagem. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 2001.

7. SMELTZER, Suzanne C. (et. al) Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 11. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 4 v.

8. Portaria nº 399/Gm de 22 de Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-399.htm>

11. CINTRA, E. A.; NISHIDE, V. M.; NUNES, W. A. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. 671 p.

16. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose. Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília — DF; 2010. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs

21. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Família, uma abordagem Interdisciplinar. 2004

22. BRASIL. Guia de Vigilância Epidemiológica. 6ª ed. Ministério da Saúde. 2006. 7ª ed, Ministério da Saúde, 2009.

24. BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de política de saúde. Violência intrafamiliar; orientação para a prática em serviço. Caderno de atenção básica. Brasília, DF, 2002; nº8-96p.

29. COFEN. Resolução nº 146, de 1 de junho de 1992. Normatiza em âmbito nacional a obrigatoriedade de haver enfermeiro em todas as unidades de serviço onde são desenvolvidas ações de enfermagem durante o período de funcionamento da Instituição de Saúde. Disponível em: <http://pnass.datasus.gov.br/documentos/normas/78.pdf>.

31. BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de procedimentos para vacinação. 4. ed. Brasília, 2001. 316p.

32. BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer — INCA Convenção Quadro Para o Controle do Tabaco — Texto Oficial. Rio de Janeiro, RJ; 2011. Disponível em http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/convencao_quadro_texto_oficial.PDF.

33. Brasil. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer — INCA. Abordagem e Tratamento do Fumante — Consenso 2001. Rio de Janeiro: INCA, 2001.

34. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas.

5.2) TODAS AS FUNÇÕES: NÍVEL SUPERIOR

LEGISLAÇÃO

5.2.1) Inclui-se as seguintes bibliografias:

BRASIL, M S. Secretaria de Atenção a Saúde – Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS – HUMANIZA SUS-. Série B, Textos Básicos de Saúde. Acolhimento e Classificação de Risco nos Serviços de Urgência. Brasília - DF; 2009. Disponível em: www.bvsmms.saude.gov.br

BRASIL, Ministério da Saúde. Resolução n.º 333, de 4 de novembro de 2003. Aprova as diretrizes para criação, reformulação, estruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/resolucao_333.pdf.

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 29.

BRASIL. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM/MS nº 204 de 29 de janeiro de 2007. Regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.

BRASIL. Portaria GM/MS nº 161, de 21 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o art. 3º da Portaria nº 699/GM, de

30 de março de 2006, que versa sobre o Termo de Cooperação entre Entes Públicos de 22 de Janeiro de 2010.

5.3) FUNÇÃO: ANALISTA DE POLÍTICAS E SISTEMAS DE SAÚDE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.3.1) Inclui-se os seguintes programas e bibliografias:

PROGRAMAS

Introdução à Saúde coletiva: Perfil de competências do sanitarista, área de saúde coletiva e suas subáreas. Campos de atuação do sanitarista frente à evolução do conhecimento, dos compromissos sociais e do exercício profissional. Políticas públicas e sistemas de saúde: Noções de teoria política, políticas públicas, história da saúde. História da organização do sistema de saúde no Brasil. Reforma sanitária brasileira. Saneamento, urbanização e meio ambiente e sua evolução histórica na saúde. Planejamento, gestão e avaliação em saúde: Conhecimentos sobre Teoria Geral da Administração. Teoria das organizações, planejamento, gestão e gerenciamento em saúde. Financiamento em Saúde. Conceitos sobre determinantes sociais e avaliação das práticas em saúde. Modelos assistenciais em saúde. Redes de Atenção em Saúde. Promoção e educação da saúde: Conhecimento sobre educação e comunicação e suas interfaces para a saúde. Noção de educação em saúde e promoção da saúde em diferentes contextos socioculturais. Conhecimentos da perspectiva socioambiental na educação em saúde. Epidemiologia e vigilância da saúde: Medidas e indicadores. Conhecimentos da epidemiologia como processo de estudo da saúde, do adoecimento e da morte, agravos e danos à saúde em coletividades; mensurações. Usos e perspectivas do método epidemiológico. Conhecimentos envolvendo vigilância epidemiológica, ambiental e sanitária. Vigilância nutricional e segurança alimentar. Saúde, sociedade e humanidades: Conhecimentos de antropologia da saúde, sociologia da saúde, gênero e diversidades humanas. Participação popular e controle social. Ambiente e saúde. Geografia humana. Pesquisa e bioestatística: Probabilidade, introdução ao método, conceitos fundamentais de estatística na área de ciências. Diferentes abordagens teórico-metodológicas que fundamentam a pesquisa e as etapas do processo de investigação científica. Noções sobre Métodos de pesquisa qualitativa.

BIBLIOGRAFIAS:

1. BRASIL. Portaria nº 4.279, de 30 de dezembro de 2010. Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/107038-4279.html>.
2. BRASIL. Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica. Disponível em: ftp://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html.
3. CAMPOS, G.W.S. Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas. Ciência e saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14138123200000200002&lng=pt&nrm=iso
4. Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES). Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 33, n. 83, set./dez. 2009.
5. CECCIM, R. B. Onde se Lê: “Recursos Humanos em Saúde”, leia-se “Coletivos Organizados de Produção em Saúde”. Desafios para Educação. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (org.). Construção Social da Demanda. Rio de Janeiro: CEPESC: IMS/UERJ: ABRASCO, 2010. 2. ed. p. 163-182.
6. CECCIM, R. B.; FERLA, A. A.. Educação e Saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. Trab. Educ.Saúde. v. 6, n. 3, p. 443-456, nov.2008/fev.2009.
7. CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis ? revista de saúde coletiva, v.14, n.1, p.41-65, 2004.
8. CORTES, S. M. V. Construindo a possibilidade da participação dos usuários: conselhos e conferências no Sistema Único de Saúde. Sociologias [online]. 2002, n.7, pp.18-49. ISSN. doi:19.1590/S1517-45222002000100002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1517-45222002000100002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
9. FEUERWERKER, Laura. Modelos tecnoassistenciais, gestão e organização do trabalho em saúde: nada é indiferente no processo de luta para a consolidação do SUS. Interface - Comunic, Saúde, Educ, v.9, n.18, p.489-506, set/dez 2005.
10. FOUCAULT, M. Microfísica do Poder - 25ª Ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
11. FRANCO, Túlio Batista. Produção do cuidado e produção pedagógica: integração de cenários do sistema de saúde no Brasil. Interface, v.11, n.23, p.427-38, set/dez 2007.
12. HOCHMAN G.; ARRETCHE M.; MARQUES E. (Orgs). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p. 173-204.
13. LIMA N.T., GERSCHMAN S., EDLER F.C. (Orgs). Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.
14. LIMA, L; D. Conexões entre o federalismo fiscal e o financiamento da política de saúde no Brasil. Ciência&SaúdeColetiva, 12(2):511-522, 2007.
15. LONGHI, J. C. CANTON, G. A. M. Reflexões sobre cidadania e os entraves para a participação popular no SUS. Physis, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312011000100002&lng=en&nrm=iso

16.MACHADO C.V., BAPTISTA T.W.F., LIMA L.D. (Orgs). Políticas públicas no Brasil: continuidades e mudanças. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

17.MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. A problemática do financiamento da saúde pública brasileira: de 1985 a 2008. Econ. soc., Campinas, v. 21, n. 2, Aug. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182012000200005&lng=en&nrm=iso

18.MELLO, Guilherme Arantes; VIANA, Ana Luiza D'Ávila. Uma história de conceitos na saúde pública: integralidade, coordenação, descentralização, regionalização e universalidade. Hist. Cienc. Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000400007&lng=pt&nrm=iso

19.MERHY, E. E. Saúde: A Cartografia do Trabalho Vivo; São Paulo, Hucitec, 2002.

20.NUNES, Everardo Duarte. Saúde coletiva: uma história recente de um passado remoto. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa et al. (Orgs.). Tratado da saúde coletiva. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2006. p. 19-40.

21.PAIM, J.; Teixeira, C. F. Configuração institucional e gestão do Sistema Único de Saúde: problemas e desafios. Ciência e Saúde Coletiva. 12 (sup): 1819-1829. 2007.

22.QUARANTA, Ivo. Da comunicação da informação à produção do significado como estratégia para promoção do direito da saúde. In: RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v.6, n.2, Sup., Ago., 2012. Disponível em: <http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/621/1123>

23.REIS, Afonso Teixeira, OLIVEIRA, Paulo de Tarso Ribeiro, e SELLERA, Paulo Eduardo. Sistema de Avaliação para Qualificação do Sistema Único de Saúde (SUS). RECIIS. Saúde. Rio de Janeiro, v.6, n.2, Sup., Ago., 2012.

24.RIVERA, Francisco Javier Uribe; ARTMANN, Elizabeth. Planejamento e gestão em saúde: histórico e tendências com base numa visão comunicativa. Ciência & Saúde Coletiva, 15(5):2265-2274, 2010.

25.ROUQUAYROL, M. Z. Contribuição da epidemiologia. In: CAMPOS, G.W.S. et al. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2006, p. 319-373.

26.SANTOS, N.R.; Amarante, P.D.C. - organizadores. Gestão pública e relação público-privado na saúde. Rio de Janeiro: Cebes, 2010.

27.SANTOS, N.R.; SUS: política pública de Estado, seu desenvolvimento instituído e instituinte e a busca de saídas. Ciência & saúde coletiva, v. 18, n. 1, p. 273-280, 2013.

28.SANTOS, Lenir, e ANDRADE, Luiz Odorico Monteiro de. Redes interfederativas de saúde: um desafio para o SUS nos seus vinte anos. Ciência & Saúde Coletiva, 16(3):1671-1680, 2011.

29.SILVA, Silvio Fernandes da. Organização de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde: desafios do Sistema Único de Saúde (Brasil). Ciênc. saúde coletiva vol.16 no.6 Rio de Janeiro jun. 2011.

30.VIANA, Ana Luiza D'Ávila; et al. NOVAS PERSPECTIVAS PARA A REGIONALIZAÇÃO DA SAÚDE. São Paulo em Perspectiva, v. 22, n. 1, p. 92-106, jan./jun. 2008.

31.VAHGHAR J.P., MOURROW R.H. Epidemiologia para os municípios. Rio de Janeiro: Hucitec, 2000.

32.BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete Ministerial. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/110154-2488.html

5.4) FUNÇÃO: ARQUITETO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.4.1) Inclui-se as seguintes bibliografias:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Ambiência. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

PESSATI, M. P., CARVALHO, S. R. Intercessão arquitetura saúde e um novo modo de produção de saúde do espaço físico. In: CARVALHO, Sergio Carvalho. Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade. São Paulo: Hucitec, 2009.

5.5) FUNÇÃO: ENFERMEIRO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.5.1) Inclui-se os seguintes programas e bibliografias:

PROGRAMA:

10. Política de Saúde: Reforma Sanitária Brasileira e a Consolidação do Sistema Único de Saúde - SUS; princípios fundamentais, diretrizes, atribuições e competências das esferas governamentais do SUS; promoção e proteção da saúde; formas de financiamento e custeio do SUS; Noção de cidadania e controle social do SUS, Pacto pela Saúde 2006 - Consolidação do SUS e suas Diretrizes Operacionais.

11. Epidemiologia: Fundamentos, histórico e aplicações. Processo saúde - doença, e seus determinantes. História natural das doenças e níveis de prevenção. Estudos de morbi-mortalidade, fontes de dados e mensuração da morbi-mortalidade. Indicadores de saúde. Estatísticas vitais, registro de eventos vitais. Classificação Internacional de Doenças. Medidas de frequência de doenças. Comparação de coeficientes e padronização de taxas. Medidas de risco. Medidas de associação. Distribuição espacial e temporal de doenças. Tipos de estudos epidemiológicos. Epidemiologia das doenças transmissíveis e não

transmissíveis. Epidemias e endemias: conceitos e métodos de identificação, mensuração e monitoramento. Epidemiologia aplicada à administração e ao planejamento em saúde. Estratégias de imunização e avaliação da cobertura vacinal.

12. Sistemas de Informação em Saúde: SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica, SIM – Sistema de Informação de Mortalidade, SINAN– Sistema de Informação de Agravos de Notificação, SINASC– Sistema de Informação de Nascidos Vivos, SIH/SUS – Sistema de Informação de Internações Hospitalares do SUS, SIA/SUS – Sistema de Informação Ambulatorial do SUS, SIOPS – Sistema de Informação do Orçamento Público em Saúde, SCNES – Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos em Saúde.

13. Planejamento, Programação, Gestão e Avaliação em Saúde: As normas operacionais do Sistema Único de Saúde - formas e modalidades de habilitação de gestão das esferas de governo estadual e municipal, formas de repasse dos recursos financeiros, Programação Pactuada e Integrada (PPI), pisos e tetos financeiros do SUS; métodos de planejamento e programação em saúde; Monitoramento e avaliação, indicadores de produtividade; conceitos de eficácia, eficiência e efetividade; gestão de recursos humanos; Noção de território como espaço de desenvolvimentos das práticas sociais; avaliação e gerenciamento de sistemas locais de saúde; diagnóstico e intervenção de saúde; educação em saúde.

BIBLIOGRAFIAS:

BRASIL, Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: nº 26 (Saúde sexual e Reprodutiva) , Nº 28(Acolhimento de Demanda Exponânea, (vol I e vol II)); nº 34 (Saúde Mental); nº 36 (Diabetes) e nº 37 (Hipertensão); Disponíveis em: http://200.214.130.35/dab/caderno_ab.php. ou www.saude.gov.br/bvs

BRASIL, Ministério da Saúde. Manual de procedimentos para vacinação. Parte V. 4. ed. Brasília, 2001. 316p.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose. Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil. Cap. 2: Detecção de Casos. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília – DF; 2010. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs (será somente este capítulo?)

BRASIL, Portaria nº 156 de 19 de janeiro de 2006. Dispõe sobre o uso da penicilina na Atenção Básica.

BRASIL. Guia de Vigilância Epidemiológica. Sistemas de informação em saúde e vigilância epidemiológica (p. 63), 7ª ed. Ministério da Saúde. 2009. Disponível em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve_7ed_web_atual.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual instrutivo do PMAQ - 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_instrutivo_pmaq_site.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Documento de diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CAMPOS, G. W. de S. (Org.) et. al. Manual de Práticas de Atenção Básica. Cap. 1, 2, 5 e 11. São paulo: Hucitec, 2010.

SAMICO, I. Avaliação em Saúde: bases conceituais e operacionais. Rio de Janeiro: Medbook, 2010

VAUGHAN J.P, MÖRROW R.H. Epidemiologia para os municípios. Rio de Janeiro: Hucitec, 2000.

5.5.2) Exclui-se as seguintes bibliografias:

1. Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA. Segurança do paciente. Higienização das mãos. 2007. Disponível em: http://www.anvisa.gov.br/servicos/saude/manuais/paciente_hig_maos.pdf.

7. **COFEN. Resolução nº 146, de 1 de junho de 1992.** Normatiza em âmbito nacional a obrigatoriedade de haver enfermeiro em todas as unidades de serviço onde são desenvolvidas ações de enfermagem durante o período de funcionamento da Instituição de Saúde. Disponível em: <http://pnass.datasus.gov.br/documentos/normas/78.pdf>. consultado em 29.09.2013.

8. **COFEN. Resolução nº168, de 6 de outubro de 1993.** Normas para anotação da responsabilidade técnica de enfermeiro de saúde. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/enfermagem/artigos/1971/resolucao-cofen-168>. consultado em 29.09.2013.

9. **COFEN. Resolução nº 293, DE 21 DE SETEMBRO 2004.** Fixa e Estabelece Parâmetros para o Dimensionamento do Quadro de Profissionais de Enfermagem nas Unidades Assistenciais das Instituições de Saúde e Assemelhadas. Disponível em: <http://pnass.datasus.gov.br/documentos/normas/122.pdf>, consultado em 29.09.2013.

11. MARQUIS. Bessie I., HUSTON, Carol J., trad. Regina Garcez. Administração e liderança em enfermagem: teoria e prática. Porto Alegre: Artmed. 2010.

13. BRUNNER, S. M. Nettina. Prática de enfermagem. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 2001.

14. SMELTZER, Suzanne C. (et. al) Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 11. ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 4 v.

15. Portaria nº 399/Gm, de 22 de Fevereiro de 2006. Disponível em: <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2006/GM/GM-399.htm>

48. CINTRA, E. A.; NISHIDE, V. M.; NUNES, W. A. Assistência de enfermagem ao paciente gravemente enfermo. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. 671 p.

18. KURGANT, P. e col. Gerenciamento em enfermagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 196 p.

19. BRASIL, Portaria GM nº 104, de 25 de Janeiro de 2011. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt0104_25_01_2011.html

20. NANDA. Diagnósticos de enfermagem da NANDA: definições e classificação 2009-2011. Porto Alegre: Artmed, 2010.

21. OLIVEIRA, R. G. Black book Pediatria. 3. ed. Belo Horizonte: Black Book; 2011.

24. LONDOÑO – Malagón, MORERA, Galán, LAVERDE, Pontón. Administração Hospitalar. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 2003.

25. COSTA, E.M.A, CARBONE, M.H. Saúde da Família, uma abordagem Interdisciplinar. Rubio Ltda., 2004.

26. BRASIL. Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012.

28. POTTER, Patrícia A.; ANNE, G. P. **Fundamentos de enfermagem**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

30. BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer – INCA. Convenção Quadro Para o Controle do Tabaco – Texto Oficial. Rio de Janeiro, RJ; 2011. Disponível em http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/convencao_quadro_texto_oficial.PDF, consultado em 23 de Setembro de 2013.

33. BRASIL. Ministério da Saúde: Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

36. STUART, G. W.; LARAIA, M. T. Enfermagem psiquiátrica. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

37. TOWNSEND, M. C. Enfermagem Psiquiátrica: conceitos e cuidados. 3ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2002.

38. DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

39. CAMPOS, G. W. S. [et al.](#) Tratado de saúde coletiva. São Paulo: Hucitec; 2ª Ed. São Paulo: Fiocruz, 2012.

41. BRASIL. Ministério da Saúde. Publicações Secretaria de Vigilância em saúde.

44. BRASIL, M. S. Secretaria Executiva – Coordenação Nacional de DST e AIDS – Série B, Textos Básicos de Saúde. **A Política Do Ministério Da Saúde Para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas**. Brasília – DF; 2003. Disponível em:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pns_alcool_drogas.pdf

48. ROUQUAYROL, Maria Zélia, Naomar de Almeida Filho. **Epidemiologia & saúde**. 7ª Ed. Rio de Janeiro. MedBook, 2013. 756 p.

51. PORTO C. Celmo & PORTO, A. Lemos. **VADEMECUM DE Clínica Médica**. 3. ed – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 1107 p.

52. CAMPOS, G. W. de S. (Org.) ET AL. **Saúde Paidéia**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 2003, 185p.

53. Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005

5.6) FUNÇÃO: FARMACEUTICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.6.1) Inclui-se as seguintes bibliografias:

Portaria GM/MS nº 1555, de 30 de julho de 2013. Dispõe sobre o Componente Básico da Assistência Farmacêutica -

Portaria GM/MS nº 1554, de 30 de Julho de 2013. Dispõe sobre o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica;

5.6.2) Exclui-se as seguintes bibliografias:

8. Portaria GM/MS nº 4.217, de 28 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o Componente Básico da Assistência Farmacêutica –

9. Portaria GM/MS nº 2981, de 26 de novembro de 2009. Dispõe sobre o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica;

5.7) FUNÇÃO: FISIOTERAPEUTA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.7.1) Inclui-se os seguintes programas e bibliografias:

PROGRAMAS:

Fisioterapia na Saúde Coletiva

Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas

Política Nacional de Atenção Básica

Integralidade da assistência e organização das linhas de cuidado.

Projeto Terapêutico Singular.

Equipes de referência e apoio matricial

Educação Permanente em Saúde

BIBLIOGRAFIAS:

BRASIL, Ministério da Saúde. Cadernos da Atenção Básica. nº 27 (Diretrizes do NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família). Disponíveis em: http://200.214.130.35/dab/caderno_ab.php. ou www.saude.gov.br/bvs.

BISPO JUNIOR, J. P. Fisioterapia e Saúde Coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. In: Ciência e Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia (UFBA) – Instituto Multidisciplinar de Saúde Campus Anísio Teixeira, abril de 2007.

CAMPOS, G. W. de S.; DOMITTI, A. C. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, Feb. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000200016&lng=en&nrm=iso>.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. In Interface Comunicação Saúde Educação, v.9, n. 16, p. 161-77, set. 2004 - fev. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a13.pdf>

FRANCO, T. B.; MAGALHÃES JUNIOR, Helvécio Miranda. Integralidade na Assistência à Saúde: organização das linhas de cuidado. In: MERHY, Emerson; et al. O Trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. São Paulo: Hucitec, 2007.

LOURES, L. F.; SILVA, M.C.S. A interface entre o trabalho do agente comunitário e do fisioterapeuta na atenção básica à saúde. In: Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, maio de 2008.

MEHRY, E.E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.

BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete Ministerial. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/110154-2488.html

5.8) FUNÇÃO: PSICÓLOGO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.8.1) Inclui-se os seguintes programas e bibliografias:

PROGRAMAS:

Psicologia na Saúde Coletiva. Psicologia e a interface com SUS na perspectiva da inseparabilidade entre gestão e atenção. Reforma Psiquiátrica. Clínica e política. Desinstitucionalização. Atenção Psicossocial. Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas. Política Nacional de Atenção Básica. Integralidade da assistência e organização das linhas de cuidado. Projeto Terapêutico Singular. Saúde Mental na Atenção Básica. Política Nacional de Humanização. Dispositivos de análise e cogestão de coletivos. Apoio institucional e matricial. Educação permanente em saúde. Saúde Mental do trabalhador de saúde.

BIBLIOGRAFIAS:

AMORIM, Ana Karenina de Melo Arraes; DIMENSTEIN, Magda. Desinstitucionalização em saúde mental e práticas de cuidado no contexto do serviço residencial terapêutico. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, Feb. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000100025&lng=en&nrm=iso>. access on 18 Oct. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000100025>.

BENEVIDES, R.; PASSOS, E.. A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? Psicologia & Sociedade. Porto Alegre, v. 17, n. 2, maio/ago. 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde. Cadernos da Atenção Básica. nº 27 (Diretrizes do NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família). Disponíveis em: http://200.214.130.35/dab/caderno_ab.php. ou www.saude.gov.br/bvs.

BRASIL, Ministério Público Federal, Parecer sobre medidas de segurança e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico sob a perspectiva da Lei 10.216/2001, Brasília, 2011.

BRASIL. Caminhos para uma Política de Saúde mental Infante-juvenil, Brasília-DF, 2005. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caminhos_infantojuv.pdf

BRASIL. Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas, Brasília-DF, 2004. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_de_ad.pdf

BRASIL. Portaria SAS/MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

CAMPOS, G.W.S. Um método para análise e co-gestão de coletivos. São Paulo: Hucitec, 2000.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, Feb. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000200016&lng=en&nrm=iso>.

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. In Interface Comunicação Saúde Educação, v.9, n. 16, p. 161-77, set. 2004 - fev. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a13.pdf>

FOUCAULT, M. Microfísica do Poder - 25ª Ed. Rio de Janeiro: [Graal](#), 2012.

FRANCO, T. B.; MAGALHÃES JUNIOR, Helvécio Miranda. Integralidade na Assistência à Saúde: organização das linhas de cuidado. In: MERHY, Emerson; et al. O Trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. São Paulo: Hucitec, 2007.

IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial. Brasília-DF, 2010. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/2011_2_1relatorio_IV.pdf

LANCETTI, A. Clínica Peripatética. São Paulo: Hucitec, 2005.

MARTINS, Luis Anderson. A psiquiatrização da vida na sociedade de controle. In: CARVALHO, Sergio Carvalho. Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade. São Paulo: Hucitec, 2009.

MEHRY, E.E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.

NEVES, Rosane. Notas para uma genealogia da Psicologia Social. *Psicologia & Sociedade*; 16 (2):12-19; maio/ago. 2004.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa et al. A Gestão Autônoma da Medicação: uma intervenção analisadora de serviços em saúde mental. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 18, n. 10, out. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001000013&lng=pt&nrm=iso>.

PALOMBINI, A. L.; et al. Acompanhamento terapêutico na rede pública. *A clínica em movimento*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

RAMMINGER, Tatiana. A saúde mental do trabalhador em saúde mental: um estudo com trabalhadores de um hospital psiquiátrico. *Boletim da Saúde*, v. 16, n. 1, 2002 v 111. Disponível: http://www.esp.rs.gov.br/img2/v16n1_10saudemental.pdf

SANTOS, L.M.B. (Org). Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas. Porto Alegre: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <http://www.crprs.org.br/upload/edicao/arquivo48.pdf>

SOUZA, Tadeu de Paula. O fora do Estado: considerações sobre movimentos sociais e saúde pública. In: CARVALHO, Sergio Carvalho. *Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade*. São Paulo: Hucitec, 2009.

BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete Ministerial. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/110154-2488.html

BRASIL. Lei Estadual nº 9.716 de 7 de agosto de 1992, que dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul, determina a substituição progressiva dos leitos dos hospitais psiquiátricos por rede de atenção integral em saúde mental, determina regras de proteção aos que padecem de sofrimento psíquico, especialmente quanto às internações psiquiátricas compulsórias e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental

BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Reforma psiquiátrica e Política de saúde mental no Brasil: 15 anos depois de Caracas, Brasília-DF, 2005. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio_15_anos_caracas.pdf

5.8.2) Exclui-se as seguintes bibliografias:

1. GORDIOLI, A.V.(org). *Psicoterapias: abordagens atuais*. Porto Alegre: Artmed, 2008.
2. CUNHA, J.A. & col. *Psicodiagnóstico—V. 5. ed.* Porto Alegre: Artmed, 2000.
3. DSM-IV-TR. *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, 4ed. rev. Porto Alegre: Artmed, 2002.
5. LIMONGI FRANÇA, Ana Cristina. *Práticas de Recursos Humanos: conceitos, ferramentas e procedimentos*. São Paulo: Atlas, 2007.
6. YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. *Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos*. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 26, n.spe, 2010. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500002 Acesso em: 14 setembro 2013.
7. Resolução nº 7 / 2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Disponível em: Resolução nº 7 / 2003. Institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica e revoga a Resolução CFP nº 17/2002. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf Acesso em: 14 setembro 2013.
8. BRASIL. Ministério da Saúde. (1990-2004). *Legislação em saúde mental: 1990-2004*. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Legislacao.pdf>> Acesso em: 14 setembro 2013.

5.9) FUNÇÃO: RECREACIONISTA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.9.1) Inclui-se os seguintes programas e bibliografias:

PROGRAMAS:

Práticas corporais/cultura corporal na saúde coletiva
 Política Nacional de Atenção Básica
 Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas
 Educação Física na Atenção Básica
 Educação Física na Saúde Mental

Integralidade da assistência e organização das linhas de cuidado.
Formação em educação física para a saúde
Educação Permanente em Saúde

BIBLIOGRAFIAS:

- BAGRICHEVSKY, Marcos; ESTEVÃO, Adriana; PALMA, Alexandre. Saúde coletiva e Educação Física: aproximando campos, garimpando sentidos. In: BAGRICHEVSKY, Marcos; PALMA, Alexandre; ESTEVÃO, Adriana; DA ROS, Marco (Org.). Saúde em debate na Educação Física. Blumenau: Nova Letra, 2006. v. 2.
- BILIBIO, Luiz Fernando Silva. Por uma alma dos serviços de saúde para além do bem e do mal: implicações micropolíticas a formação em saúde. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/>>
- CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; DOMITTI, Ana Carla. Apoio matricial e equipe de referência: uma metodologia para gestão do trabalho interdisciplinar em saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, Feb. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000200016&lng=en&nrm=iso>.
- CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. In Interface Comunicação Saúde Educação, v.9, n. 16, p. 161-77, set. 2004 - fev. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a13.pdf>
- COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de educação física. São Paulo: Cortez, 1992.
- DAMICO, José Geraldo Soares. Das possibilidades as incertezas: instrumentos para intervenção do profissional de educação física nos posto de saúde. In: FRAGA, Alex Branco; WACHS, Felipe (Org.). Educação Física e Saúde Coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.
- FRANCO, T. B.; MAGALHÃES JUNIOR, Helvécio Miranda. Integralidade na Assistência à Saúde: organização das linhas de cuidado. In: MERHY, Emerson; et al. O Trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. São Paulo: Hucitec, 2007.
- LUZ, Madel Therezinha. Educação Física e saúde coletiva: papel estratégico da área e possibilidades quanto ao ensino na graduação e integração na rede de serviços públicos de saúde. In: FRAGA, Alex Branco; WACHS, Felipe (Org.). Educação Física e Saúde Coletiva: políticas de formação e perspectivas de intervenção. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.
- MACHADO, Dagoberto de Oliveira. Movimentos na Educação Física: por uma ética dos corpos. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://sabi.ufrgs.br/>>
- MEHRY, E.E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.
- WACHS, Felipe. Educação Física e saúde mental: uma prática emergente em centros de atenção psicossocial (CAPS). Dissertação (Mestrado) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://sabi.ufrgs.br/>>
- BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete Ministerial. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/110154-2488.html

5.9.2) Exclui-se os seguintes programas e bibliografias:

PROGRAMAS:

3. Aprendizagem de valores sociais através do jogo e evolução do jogo ao longo do ciclo vital
4. Aprendizagem através de jogos cooperativos

BIBLIOGRAFIAS:

4. MARTINS, S.J. Educação física e recreação terapêutica: desenvolvendo competências na busca de uma qualificação profissional. UFRGS, 2009. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10183/18858>>
5. MURCIA, Juan Antônio Moreno (org). Aprendizagem Através do Jogo. Porto Alegre: Artmed, 2005.

5.10) FUNÇÃO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.10.1) Inclui-se os seguintes programas e bibliografias:

PROGRAMAS:

- Terapia ocupacional na saúde coletiva
- Terapia Ocupacional Social
- Política Nacional de Atenção Básica
- Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas
- Reforma Psiquiátrica, Clínica e política e Desinstitucionalização.
- Integralidade da assistência e organização das linhas de cuidado.
- Equipes de Referência e Apoio Matricial
- Projeto Terapêutico Singular.
- Análise e co-gestão de coletivos
- Educação Permanente em Saúde

BIBLIOGRAFIAS:

- BRASIL, Ministério da Saúde. Cadernos da Atenção Básica. n° 27 (Diretrizes do NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família). Disponíveis em: http://200.214.130.35/dab/caderno_ab.php. ou www.saude.gov.br/bvs.
- BRASIL. Caminhos para uma Política de Saúde mental Infanto-juvenil, Brasília-DF, 2005. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caminhos_infantojuv.pdf
- BRASIL. Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas, Brasília-DF, 2004. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_de_ad.pdf
- BRASIL. Portaria SAS/MS n° 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde.
- CAMPOS, G.W.S. Um método para análise e co-gestão de coletivos. São Paulo: Hucitec, 2000.
- FRANCO, T. B.; MAGALHÃES JUNIOR, Helvécio Miranda. Integralidade na Assistência à Saúde: organização das linhas de cuidado. In: MERHY, Emerson; et al. O Trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. São Paulo: Hucitec, 2007.
- LIMA, E. A. Oficinas e outros dispositivos para uma clínica atravessada pela criação. In: COSTA, Clarice Moura; FIGUEIREDO, Ana Cristina (orgs.). Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental. Rio de Janeiro: MEHRY, E.E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.
- NICÁCIO, Fernanda; CAMPOS Gastão Wagner de Sousa. Instituições de “portas abertas”: novas relações usuários-equipes-contextos na atenção em saúde mental de base comunitária/territorial Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo, v. 16, n. 1, p. 40-46, jan./abr., 2005. <http://www.crefito.com.br/revista/TO/2005-1/10%20-%20p40-46.pdf>
- PALOMBINI, Analice de Lima et al. Acompanhamento terapêutico na rede pública. A clínica em movimento. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- SANTOS, L.M.B. (Org). Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas. Porto Alegre: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <http://www.crprs.org.br/upload/edicao/arquivo48.pdf>
- BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete Ministerial. Portaria n° 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/110154-2488.html

5.10.2) Exclui-se os seguintes programas:

PROGRAMAS:

Intervenções da terapia ocupacional

Aplicações do tratamento

Experiências de terapia ocupacional em reabilitação

5.11) FUNÇÃO: MÉDICO PSQUIATRA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.11.1) Inclui-se os seguintes programas e bibliografias:

PROGRAMA PARTE 2:

Política Nacional de Atenção Básica

Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas

Reforma Psiquiátrica e desinstitucionalização

BIBLIOGRAFIA PARTE 2:

BRASIL, Ministério Público Federal, Parecer sobre medidas de segurança e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico sob a perspectiva da Lei 10.216/2001, Brasília, 2011.

BRASIL. Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas, Brasília-DF, 2004. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_de_ad.pdf

BRASIL. Portaria SAS/MS n° 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Caminhos para uma Política de Saúde mental Infanto-juvenil, Brasília-DF, 2005. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caminhos_infantojuv.pdf

CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. In Interface Comunicação Saúde Educação, v.9, n. 16, p. 161-77, set. 2004 - fev. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a13.pdf>

FRANCO, T. B.; MAGALHÃES JUNIOR, Helvécio Miranda. Integralidade na Assistência à Saúde: organização das linhas de cuidado. In: MERHY, Emerson; et al. O Trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. São Paulo: Hucitec, 2007.

IV Conferência Nacional de Saúde Mental Intersetorial. Brasília-DF, 2010. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/2011_2_1relatorio_IV.pdf

MARTINS, L. A. A psiquiatrização da vida na sociedade de controle. In: CARVALHO, Sergio Carvalho. Conexões: saúde coletiva e políticas da subjetividade. São Paulo: Hucitec, 2009.

MEHRY, E.E. Saúde: a cartografia do trabalho vivo. São Paulo: Hucitec, 2002.

ONOCKO-CAMPOS, Rosana Teresa et al. A Gestão Autônoma da Medicação: uma intervenção analisadora de serviços em saúde mental. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, out. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-

BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete Ministerial. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: www.brasilsus.com.br/legislacoes/gm/110154-2488.html

BRASIL. Lei Estadual nº 9.716 de 7 de agosto de 1992, que dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul, determina a substituição progressiva dos leitos dos hospitais psiquiátricos por rede de atenção integral em saúde mental, determina regras de proteção aos que padecem de sofrimento psíquico, especialmente quanto às internações psiquiátricas compulsórias e dá outras providências.

BRASIL. Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental

BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Reforma psiquiátrica e Política de saúde mental no Brasil: 15 anos depois de Caracas, Brasília-DF, 2005. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio_15_anos_caracas.pdf

5.11.2) Exclui-se as seguintes bibliografias:

3. ARISTIDES VOLPATO CORDIOLI. Psicoterapias: abordagens atuais. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

5.12) FUNÇÃO: MÉDICO DE FAMÍLIA E COMUNIDADE

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.12.1) Inclui-se os seguintes programas e bibliografias:

PROGRAMAS PARTE 1:

Conceitos Básicos de Epidemiologia, Desenhos de pesquisa epidemiológica, estatística em epidemiologia; Indicadores de Saúde; Epidemiologia e serviços de saúde; Epidemiologia e saúde do trabalhador; Conceito de risco em saúde, e de determinantes de causalidade; Sistemas de informação em saúde; Epidemiologia e planejamento de Saúde. Epidemiologia e Gestão de Serviços em Saúde; Vigilância e Monitoramento de Eventos Epidemiológicos. Epidemiologia Social.

Condições e Doenças Comuns: Dor; Febre, Hipertermia e hipotermia, Rash cutâneo, Sincope, Confusão mental, Choque, Tosse, Constipação, Prurido, Edema, Distúrbio hidro-eletrolítico, Distúrbio nutricional, Dispneia, Reação e intoxicação medicamentosa e outros agentes, Efeitos colaterais de medicação. Doenças Cardiovasculares, Distúrbios osteomusculares, Diabetes, Asma brônquica, Pneumonias, Tuberculose, AIDS/DST, Parasitose intestinal, Hemorragia digestiva alta e baixa, Abdômen agudo, Hepatite viral aguda e crônica, Transtornos Mentais Comuns e Depressão.

Deontologia Médica; Código de Ética Médica: Princípios fundamentais do exercício da Medicina, Normas Deontológicas e Deontológicas.

BIBLIOGRAFIAS PARTE 1:

- Epidemiologia & Saúde: fundamentos, métodos, aplicações. Naomar de Almeida Filho, Maurício Lima Barreto. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- Epidemiologia aplicada nos serviços de saúde. Lourdes Bernadete dos Santos Pito Alexandre. São Paulo: Martinari, 2012.
- Medicina Ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. Organizadores, Bruce B. Duncan et al. 4 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- Código de Ética Médica. Resolução CFM nº 1931/2009.

PROGRAMA PARTE 2:

Acolhimento avaliação e atenção à família. Reconhecimento e abordagem às crises familiares evolutivas e não evolutivas. Promoção de Saúde. Diagnóstico e Tratamento das afecções mais prevalentes em Atenção Básica em saúde em todas as etapas do ciclo vital: idoso, criança, mulher, homem, adolescência. Acolhimento e acompanhamento de pessoas com transtornos mentais relacionados ou não ao uso de álcool e outras drogas. Reconhecimento, primeiros cuidados e encaminhamento em urgência e emergência. Diagnóstico das patologias cirúrgicas mais frequentes e encaminhamento. Orientação e cuidados pré e pós-operatórios das intervenções cirúrgicas mais simples. Técnicas e cuidados relativos às cirurgias ambulatoriais simples Integralidade da assistência e organização das linhas de cuidado. Projeto Terapêutico Singular. Equipes de referência e apoio matricial. Promoção de ações de Educação em Saúde na comunidade. Promoção de cidadania. Gestão de Redes de Atenção em Saúde. Montagem e operação de

sistemas de informação na Atenção Básica. Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica. Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Educação Permanente em Saúde.

BIBLIOGRAFIA PARTE 2:

1. BRASIL, M. S. Secretaria de Atenção a Saúde – Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS – HUMANIZA SUS-. Série B, Textos Básicos de Saúde. Acolhimento e Classificação de Risco nos Serviços de Urgência. Brasília - DF; 2009. Disponível em: www.bvsmms.saude.gov.br
2. BRASIL, Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: N°6 (Manual Técnico para o Controle da Tuberculose. n°8 (Violência intrafamiliar; orientação para a prática em serviço, 2002); N° 9 (Dermatologia na Atenção Básica de Saúde); N° 12 (Obesidade); N° 13 (Controle dos Cânceres do colo de Útero e da Mama); N° 14 (Prevenção Clínica de Doença Cardiovascular, Cerebrovascular e Renal Crônica); N° 15 (Hipertensão Arterial Sistêmica); n° 16 (Diabetes Mellitus); N° 19(Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa); N° 18 (HIV, Hepatites e outras DST); n°. 21(Vigilância em Saúde-Dengue, Esquistosomose,Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose) n°. 22(Vigilância em Saúde, Zoonoses); n°. 23 (SAÚDE DA CRIANÇA: Nutrição Infantil, Aleitamento Materno e Alimentação Complementar); n°. 24 (Saúde na Escola - 2009); n°.25 (Doenças Respiratórias Crônicas, 2010);); n° 26 (Saúde sexual e Reprodutiva) , n°.27 (NASF: Núcleo de Apoio à Saúde da Família). N° 28(Acolhimento de Demanda Exponetânea, (vol I e vol II)); n°. 29 (Rastreamento, 2010); n° 30 (Procedimentos-2011); n° 31(Práticas integrativas e complementares); N° 32 (Atenção ao pré-natal de baixo risco); e n° 33 (Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento); n° 34 (Saúde Mental); n° 36 (Diabetes) e n° 37 (Hipertensão); Disponíveis em: http://200.214.130.35/dab/caderno_ab.php. ou www.saude.gov.br/bvs
3. BRASIL. Decreto 7.053 de 23 dezembro de 2009 - Política Nacional da População em Situação de Rua.
4. BRASIL. Lei Federal 12.842 de 10 de julho de 2013, que dispõe sobre o exercício da medicina.
5. BRASIL. Medida Provisória 621 de 8 de julho de 2013, que institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências.
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual instrutivo do PMAQ - 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_instrutivo_pmaq_site.pdf
7. BRASIL. Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas. Brasília-DF, 2004. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/politica_de_ad.pdf
8. BRASIL. Portaria 1.377 de 13 de junho de 2011, que estabelece critérios para definição das áreas e regiões prioritárias com carência e dificuldade de retenção de médico integrante de equipe de saúde da família oficialmente cadastrada e das especialidades prioritárias de que tratam o inciso II e o § 3º do Art. 6º-B da Lei nº 10.260, de julho de 2001, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) e dá outras providências.
9. CECCIM, R. B. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. In Interface Comunicação Saúde Educação, v.9, n. 16, p. 161-77, set. 2004 - fev. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a13.pdf>
10. DUNCAN, B. B. et al. Medicina Ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. BRUCE, B. (Orgs), 4 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
11. FRANCO, T. B.; MAGALHÃES JUNIOR, Helvécio Miranda. Integralidade na Assistência à Saúde: organização das linhas de cuidado. In: MERHY, Emerson; et al. O Trabalho em Saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano. São Paulo: Hucitec, 2007.
12. GUSSO, G. D. F., LOPES, J. M. C. Tratado de Medicina de Família e Comunidade: princípios, formação e prática. Porto Alegre: ARTMED, 2012.
13. MCWHINNEY, Ian R.; FREEMAN, Thomas. Manual de Medicina de Família e Comunidade, 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010, 471p.
14. MERHY, Emerson Elias. Saúde: A Cartografia do Trabalho Vivo; São Paulo, Hucitec, 2002.
15. STARFIELD, Barbara. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia; Brasília : UNESCO, Ministério da Saúde, 2002. 726p.
16. STEWART, M. Et al. Medicina Centrada na Pessoa. Transformando o método clínico. 2ª Porto Alegre: Artmed.
17. BRASIL, Ministério da Saúde. Gabinete Ministerial. Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: www.brasil.gov.br/legislacoes/gm/110154-2488.html
18. BRASIL. Lei Estadual nº 9.716 de 7 de agosto de 1992, que dispõe sobre a Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul, determina a substituição progressiva dos leitos dos hospitais psiquiátricos por rede de atenção integral em saúde mental, determina regras de proteção aos que padecem de sofrimento psíquico, especialmente quanto às internações psiquiátricas compulsórias e dá outras providências.
19. BRASIL. Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental
20. BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

21. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005.

22. Reforma psiquiátrica e Política de saúde mental no Brasil: 15 anos depois de Caracas, Brasília-DF, 2005. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/relatorio_15_anos_caracas.pdf

5.13) FUNÇÃO: SANITARISTA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

5.13.1) Inclui-se as seguintes bibliografias:

BRASIL, Ministério da Saúde. Cadernos de Atenção Básica: nº 27 (Diretrizes do NASF - Núcleo de Apoio à Saúde da Família); nº 31 (Práticas integrativas e complementares). Disponíveis em: http://200.214.130.35/dab/caderno_ab.php. ou www.saude.gov.br/bvs

BRASIL, Portaria nº 156 de 19 de janeiro de 2006. Dispõe sobre o uso da penicilina na Atenção Básica

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Calendários Básicos de vacinação da criança, do adolescente, do adulto e do idoso. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=21462.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Documento de diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Inter federativa. Caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores : 2013 – 2015 / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Articulação Interfederativa. – Brasília: Ministerio da Saude, 2013. 156 p. : il. – (Serie Articulacao Interfederativa, v. 1)

CAMPOS, G. W. de S. (Org.) et. al. Manual de Práticas de Atenção Básica. Cap. 1, 2, 5 e 11. São paulo: Hucitec, 2010.

CAMPOS, Gastão Wagner de Souza, MINAYO, Maria Cecilia de Souza, AKERMAN, Marco. DRUMOND JÚNIOR, Marcos, CARVALHO, Yara Maria de (organizadores). Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; 2006.

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis ? revista de saúde coletiva, v.14, n.1, p.41-65, 2004.

CECCIM, R. B.; FERLA, A. A.. Educação e Saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras. Trab. Educ.Saúde. v. 6, n. 3, p. 443-456, nov.2008/fev.2009.

Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES). Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 33, n. 83, set./dez. 2009.

MERHY, Emerson Elias. Saúde: A Cartografia do Trabalho Vivo; São Paulo, Hucitec, 2002.

PAIM, J. S. ALMEIDA-FILHO, N.. Saúde coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Medbook, 2013;

SAMICO, I. Avaliação em Saúde: bases conceituais e operacionais. Rio de Janeiro: Medbook, 2010

SANTOS, Nelson Rodrigues dos. SUS, política pública de Estado: seu desenvolvimento instituído e instituinte e a busca de saídas. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2013, vol.18, n.1, p. 273-280.

5.13.2) Exclui-se os seguintes programas e bibliografias:

5. ~~BRASIL. Resolução n. 258, de 7 de janeiro de 1991. Aprova a Norma Operacional Básica – SUS n. 01/91, sobre a nova política de financiamento do SUS. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil] 10 jan 1991; Seção I, p. 641.~~

6. ~~BRASIL. Portaria n. 545, de 20 de maio de 1993. Estabelece normas e procedimentos reguladores do processo de descentralização da gestão das ações e serviços de saúde, através da Norma Operacional Básica – SUS n. 01/9.~~

7. ~~BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n. 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.~~

8. ~~BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n. 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.~~

9. ~~BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.~~

11. ~~BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 648/GM de 28 de março de 2006. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS).~~

13. ~~SIAB: Manual do Sistema de Informação da Atenção Básica/MS-SAS. Coordenação de Saúde da Comunidade. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.~~

17. ~~MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – n.º 15. Hipertensão Arterial Sistêmica. Brasília: MS, 2006. Disponível em: http://www.prosaude.org/publicacoes/diversos/cad_AB_hipertensao.pdf~~

18. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – n.º 16. Diabetes Mellitus. Brasília: MS, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diabetes_mellitus.PDF
19. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – n.º 21. Vigilância em Saúde – Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose. Brasília: MS, 2008, 2.ª edição. Revisada. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/abca21.pdf>
20. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – n.º 24. Saúde na Escola. Brasília: MS, 2009. Disponível em: http://dab.saude.gov.br/docs/publicacoes/cadernos_ab/abca24.pdf
21. **MINISTÉRIO DA SAÚDE**. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica – n.º 27. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família. Brasília: MS, 2010. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_do_nasf_nucleo.pdf
30. ROUQUAYROL, Maria Z. *Epidemiologia e Saúde*. Rio de Janeiro: Medsi, 7. ed. 2013.

5.14) FUNÇÃO: TÉCNICO EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE:

5.14.1) Inclui-se as seguintes bibliografias:

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.378, de 09 de julho de 2013. Regulamenta as responsabilidades e define as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária

5.14.2) Exclui-se os seguintes bibliografias:

4. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.252, de 22 de dezembro de 2009. Aprova as diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências
Porto Alegre, 29 de outubro de 2013

CIRO CARLOS EMERIM SIMONI
Secretário de Estado da Saúde